

Reunião do Conselho Nacional do Consumo

A **ACMedia** participou na 19ª reunião do CNC no passado dia 14 de Outubro convocada pelo seu Presidente, o Secretário de Estado Dr. Fernando Serrasqueiro, que desejou fazer o balanço do mandato 2005-2009, em véspera das eleições legislativas e solicitar aos membros presentes sugestões para quem lhe sucedesse no cargo, além da apresentação formal dos cumprimentos de despedida.

De referir que o CNC é um órgão independente, de consulta e acção pedagógica e preventiva, actualmente integrado no Ministério da Economia e da Inovação, constituído por cerca de uma vintena de associações, federações, confederações e cooperativas de consumo, com expressiva representatividade na sociedade civil.

A publicitação das iniciativas feitas pelo Secretário de Estado correspondeu ao que tem sido apanágio do Governo sobre a promoção da imagem e técnicas de comunicação. Acresce no entanto salientar, em abono da verdade, ter sido uma realidade iniludível a visibilidade dada à política de defesa do consumidor no período da legislatura a que se alude.

O Presidente da **ACMedia** entendeu intervir para rebater alguns pontos de âmbito genérico tal como o elevado número de consultas feitas aos conselheiros, via net, por não poderem ser comparados com a escassez referidas em legislaturas anteriores pois essas correspondiam a discussões efectuadas em plenário convocado para o efeito e com a presença do membro do Governo responsável pela área em análise. Dois Governos que antecederam o actual, de partidos diferentes, assim procederam. Lembrado também que a última reunião do CNC tinha acontecido em 12 de Dezembro de 2008.

Em continuação, foi referido que o critério usado pelos vários Ministérios sobre as matérias enviadas para parecer dos Conselheiros não tem correspondido nem ao grau de importância nem sequer é proporcional ao interesse efectivo dos consumidores. Concluiu ser portanto aleatória a atitude da consulta bem como desprovida de interesse para a maioria dos consultados. Em suma, não é o que mais interessa ao consumidor o que se sujeita ao parecer.

Foi ainda denunciada a falta de apoio financeiro à **ACMedia** em contraposição ao que é preconizado pela própria Constituição, pelos diplomas jurídicos existentes

sobre a matéria e feita também referência ao incumprimento reiterado do que está expresso no Regulamento de Apoio Técnico e Financeiro do Estado às Associações de Consumidores e Cooperativas de Consumo.

Como o sentido de responsabilidade e de compromisso é parte integrante dos membros que constituem a Direcção da **ACMedia** foi o Senhor Secretário de Estado confrontado com as actividades nacionais e internacionais, custeadas com fundos próprios da associação e que esta tem levado a cabo para dar cabal cumprimento, sem alardes, aos programas de acção pedagógica e outros que integram o plano estratégico e que foram oportunamente submetidos à tutela.

Na oportunidade foi ainda realçada a circunstância de que a defesa do consumidor nacional é orientada principalmente para bens e serviços sendo que a “propriedade intelectual”, a atitude, a defesa dos valores éticos e morais são relegados para as calendas gregas, ou porque não dão votos, ou porque os agentes que deles deviam cuidar não estão preparados ou interessados sequer em lhes dedicar tempo e meios, actividades essas que são desenvolvidas pela nossa associação.

Outra das realidades salientadas pelo Presidente da **ACMedia** incidiu no poder de Bruxelas e na conseqüente subordinação dos Governos nacionais, também na falta de articulação entre vários dos nossos ministérios e por vezes até da nomeação de pessoas para diversos fóruns sem conhecimento dos temas a debater e com total ausência de um projecto de acção integrada que permitisse uma maior eficácia nos resultados obtidos. Ao longo dos anos a **ACMedia** granjeou prestígio para o país e é hoje igualmente reconhecida internacionalmente pelo seu trabalho persistente junto aos vários departamentos dependentes tanto da Comissária Meglena Kuneva como da Comissária Vivianne Reading.

Sem menosprezar o que nesta legislatura foi feito pela Secretaria de Estado da Defesa do Consumidor, o Presidente da **ACMedia** aludiu ao facto de que não se mudam as mentalidades por decreto e lamentou a ausência da vontade expressa em actos para sensibilizar a sociedade civil de modo a torná-la mais interessada e mais actuante, único modo, em seu entender, para o desenvolvimento pretendido. A terminar, expressou votos para que em nova legislatura se atenda a essa prioridade tantas vezes anunciada e cada vez mais precisa no actual paradigma do audiovisual e na evolução tecnológica em que participamos.